

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 25 - MAIO 2018

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

Na edição de maio do Boletim de Análise da Conjuntura, a seção **Golpe contra a Estado** faz uma retomada das dramáticas consequências da intensa ofensiva do governo no desmonte da Petrobras em 2017, que hoje já começam a ser sentidas pela população.

Em **Internacional**, os temas são uma retrospectiva da desastrosa política externa nos dois anos do governo golpista de Michel Temer, além da reeleição de Nicolas Maduro na Venezuela e do plano de governo proposto na Itália depois do final das negociações entre os partidos vencedores das eleições de março, o Liga Norte e Movimento 5 Estrelas.

A perseguição jurídica contra o ex-presidente Lula, que demonstra como o Judiciário tem negado arbitrariamente recursos de sua defesa e cerceado seus direitos, é tratada na seção de **Política e Opinião Pública**, que traz ainda os últimos dados de pesquisas divulgados pelo Instituto MDA, em parceria com a Confederação Nacional dos Transportes. O texto aborda também a reafirmação do PT em relação à pré-candidatura de Lula à presidência, além do quadro de fragmentação e indefinição em torno de uma candidatura da centro-direita.

Em **Social** são analisados os últimos dados sobre o mercado de trabalho brasileiro, com ênfase na expansão da subutilização da força de trabalho, na necessidade de uma regulamentação que garanta direitos aos trabalhadores e na questão de gênero na alocação do tempo da juventude brasileira

Na seção de **Economia**, mostra-se que sem o crescimento que havia sido alardeado pelo governo, o quadro social que já era dos mais graves da história tende a se tornar mais agudo, conduzindo o país para uma campanha eleitoral incomum, na qual qualquer candidato que se alinhe às teses neoliberais deverá fracassar, enquanto Lula desponta a cada dia mais como a única esperança para reencontrar o rumo do desenvolvimento.

Na análise **Territorial**, os cerca de 260 mil novos trabalhadores ambulantes que surgiram no mercado brasileiro em 2017 são o tema. Mais da metade destes estão nas regiões Norte e Nordeste, mas o crescimento ocorreu de Norte a Sul do país, principalmente no ramo da alimentação de rua. No entanto, esta alternativa ocupacional carrega consigo uma série de precariedades.

A seção de **Comunicação** analisa como os grandes grupos da imprensa tradicional camuflaram a crise política e social na divulgação do balanço de dois anos do governo Temer. Na mídia internacional, embora tenha caído significativamente o número de reportagens sobre o Brasil após a prisão do ex-presidente Lula, observa-se que ele ainda é o principal assunto. O texto aborda ainda como se alimentam as “fake news” nas redes sociais online.

Por fim, a análise de **Movimentos Sociais** aponta que as manifestações se reduziram, apesar da hercúlea mobilização na vigília de Curitiba seguir de pé. Assim, é preciso que se apresentem novas estratégias, e a tática do momento parece ser de fato a discussão de um projeto popular para o Brasil.



GOLPE CONTRA O ESTADO



O ano de 2017 foi marcado por uma intensa ofensiva do governo no desmonte da Petrobras. E 2018 pode ser encarado como o ano em que o país começa a sentir de maneira dramática as consequências da privatização de segmentos importantes da petrolífera brasileira.

Consequências do desmonte da Petrobras

Maio foi marcado por mais turbulências nesse mercado, com destaque para a elevação do preço da gasolina e do diesel, os protestos de distribuidores e caminhoneiros e a intensificação da entrada chinesa no setor de hidrocarbonetos brasileiros.

*

A Brasil Energia Petróleo informou no mês de maio que o Rio de Janeiro recebeu 1,129 bilhão de reais em royalties nos primeiros quatro meses do ano. Com um aumento de 25% em relação à mesma época em 2017. Espírito Santo e São Paulo figurariam logo atrás neste valor, 242 milhões e 217 milhões, respectivamente. O aumento das arrecadações está atrelado tanto ao crescimento da produção como ao aumento do preço do petróleo.

Em relação a este fator preço, o jornal *Valor Econômico* veiculou a notícia de que a Petrobras elevou em 1,84% o preço da gasolina nas refinarias e em 2% o do diesel. Desde a mudança na política de preços da estatal, adotada em 3 de julho do ano passado, o preço da gasolina e do diesel acumularam altas de 50,04% e 52,15% respectivamente.

Com este novo formato de variação dos custos, os derivados do petróleo passaram a ter possibilidade de ser ajustados diariamente, respeitando somente a variante máxima de mais ou menos 7%. A justificativa da estatal na época foi de aumentar a competitividade e a sustentabilidade dos valores de seus produtos, findando os subsídios e estabilidade de preços do governo anterior.

Dois fatos importantes nesta questão devem ser ressaltados. Primeiro, a questão do montante dos royalties recebidos e a composição de seu valor. Segundo, os impactos desta nova política da Petrobras para a população.

Os royalties são calculados a cada mês respeitando uma fórmula que pondera a produção de cada campo, o preço do petróleo e a taxa de câmbio. O valor recebido é repartido entre a União e estados e municípios produtores e aqueles que possuem instalações da indústria de petróleo. Com o câmbio desvalorizando, o valor dos royalties recebido em reais aumenta, assim como com o preço do Brent, também em ascensão. Essas variáveis macroeconômicas, num cenário em que devem entrar em atividade sete grandes projetos de produção,

o clima é favorável para elevação considerável das arrecadações, uma forma de auxiliar as contas do Rio de Janeiro.

Já na questão dos preços, há um ponto crucial a ser considerado. O diesel é insumo básico na composição do valor do transporte público. Quando há aumentos tão significativos, o impacto no sistema de ônibus e metrô urbanos é considerável. Como mostra um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o diesel pode corresponder a 25% do total do custo deste serviço. Enquanto a inflação subiu em média 2% desde julho de 2017, os preços dos insumos como o diesel tiveram um aumento de 25 vezes a inflação. Portanto, com esta nova política de preços, quem suporta as consequências é a população que depende de transporte público, em geral também a população mais necessitada. A questão aqui não é que a Petrobras deva arcar integralmente com a elevação dos preços do petróleo, mas o repasse integral – sem considerar as condições de mercado e de entrada de importados – afeta a população e o restante da cadeia por conta da elevação e do caráter volátil dos preços no mercado internacional.

Além disso, há de se considerar que a arrecadação dos royalties no Rio de Janeiro vá atender demandas fiscais do próprio governo, tanto local como federal, porém, neste primeiro caso, não será revertida em diversificação produtiva do estado, a fim de prepará-lo para uma eventual crise produtiva de petróleo na região. Quando os royalties diminuírem, quem pagará a conta? Novamente a população com impostos e serviços públicos caros? Cabe acompanhar agora como será a postura da estatal perante as tarifas dos insumos e como será a ação do governo carioca para lidar com sua crise econômica.

*

Com o barril do petróleo tipo Brent ultrapassando os 80 dólares no mercado internacional, já começam a estourar em todo o país as reações de distribuidores e postos de gasolina contra a escalada de preços dos combustíveis no Brasil. Segundo a *Folha de São Paulo*, em menos de uma semana caminhoneiros fecharam rodovias em pelo menos três estados, e os donos de postos de gasolina divulgaram carta dizendo que a atual política de preços da Pe-

trobras é “perversa”.

Desde julho de 2017, quando a estatal passou a adotar sua nova política de preços – que repassa diariamente a oscilação no preço internacional do barril para o preço do combustível no mercado interno – a gasolina vendida nas refinarias já subiu 50,04% e o diesel, 52,15%, resultando um aumento nas bombas de 21,28% e de 18,15%, respectivamente, segundo dados da ANP.

Nesta semana, a Petrobras anunciou um novo aumento nos preços. A gasolina subiu pela décima vez consecutiva e ultrapassou pela primeira vez a casa dos dois reais por litro nas refinarias. O diesel também atingiu o maior valor desde que a Petrobras passou a realizar reajustes diários: 2,3082 reais por litro. Em apenas um mês, o preço do diesel nas refinarias subiu 15,9%, e gasolina teve alta acumulada de 15,8% no período.

Como protesto, caminhoneiros bloquearam em 16 de maio uma das pistas da Rodovia Anhanguera, na altura de Limeira (SP). Nas últimas semanas, houve protestos também em Minas Gerais e no Paraná. Para contornar o problema, a categoria defende a concessão de subsídios ou a criação de um fundo para financiar a aquisição de diesel por caminhoneiros autônomos.

Os donos dos postos de gasolina, por sua vez, reclamam das dificuldades financeiras geradas pela escalada de preços em um momento de crise econômica. Em carta divulgada pela Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), a categoria reclama: “Nós, da revenda, estamos também sofrendo os efeitos dessa política perversa (...) A política de preços da estatal, que tem por base acompanhar o mercado internacional de petróleo, tem ocasionado oscilações desconexas em relação à realidade brasileira (...) Muitos postos estão perdendo fôlego financeiro e não conseguem sobreviver em meio a este cenário”. A Fecombustíveis pede também medidas do governo para reduzir a carga tributária, que equivale a 50% do preço final da gasolina. Em julho de 2017, o governo elevou as alíquotas de PIS e Cofins sobre os combustíveis. Mensalmente, estados têm ampliado o valor de referência para o cálculo do ICMS.

Além dos impactos aos consumidores, a atual política de preço tem gerado problemas para a própria posição da Petrobras no mercado de refino. Não há mais dúvida que a atual política de preços da Petrobras tem causado, por um lado, uma redução do papel da companhia no mercado de derivados e no refino e, por outro, potencializado o aumento da entrada e expansão de players internacionais. Isso ocorre em virtude da manutenção a qualquer custo do preço de paridade internacional mesmo que isso implique a redução das margens de refino (bruta e líquida) com a perda de mercado.

*

No que se refere à entrada de novos players, a PetroChina anunciou essa semana a chegada da primeira carga de petróleo bruto oriundo do Brasil em direção à China. Um grande navio, singrando os mares em uma viagem que durou 48 dias, aportou na cidade de Dalian, região nordeste da costa chinesa, preparado para desembarcar 44 mil toneladas do óleo bruto do sub-sal Ribera.

A PetroChina iniciou o processo de exploração e produção nessa área em novembro de 2017, com participação de 10% nas atividades. O petróleo brasileiro será processado nas refinarias subsidiárias da PetroChina nas cidades de Jinzhou e Jinxi, ambas na província de Liaoning. As importações de petróleo pela China têm aumentado significativamente nos últimos anos.

As grandes petrolíferas chinesas seguem mantendo suas estratégias de atuar como empresas integradas, desbravando as frentes de exploração e produção, transporte marítimo, refino e distribuição. O oposto acontece com a Petrobras atualmente. Ao caminhar para o enxugamento de suas frentes de ação, a companhia brasileira passa a exportar óleo bruto, de menor valor agregado e impõe ao país a necessidade de importação de derivados, de maior valor agregado.

Desde o início do governo Temer as grandes corporações chinesas têm se inserido de forma cada vez mais intensa no mercado interno brasileiro, por meio da ampliação de sua participação em processos de fusão e aquisição, por meio da expansão do investimento externo direto e por meio do crescimento de empréstimos bancários. Parte significativa desses recursos está orientada para o adensamento da atuação chinesa no setor de energia.

O grande projeto chinês da Nova Rota da Seda – que busca ligar por terra o Oriente ao Mar do Norte e que visa ligar por mar o Oriente ao Mar Mediterrâneo – exigirá cada vez mais fontes de energia em geral e de petróleo em particular. Na nova geopolítica e na nova geoeconomia internacional, a China demonstra apetite por ser um grande império não apenas territorial, mas também marítimo. O Brasil, infelizmente, parece se colocar uma vez mais no tímido lugar de mero entreposto comercial para o fornecimento de matérias-primas e commodities.

INTERNACIONAL



Esta seção traz uma retrospectiva da desastrosa política externa nos dois anos do governo golpista de Michel Temer. Fala, também, da reeleição de Nicolas Maduro na Venezuela e do plano de governo proposto na Itália depois do final das negociações entre os partidos vencedores das eleições de março, o Liga Norte e Movimento 5 Estrelas.

Dois anos de retrocessos na política externa

Na América do Sul ocorre a ascensão de uma direita radical e fanaticamente entreguista aos interesses dos Estados Unidos, embora os governantes destes não estejam dispostos a conceder nada em troca e tampouco se disponham a fingir que veem Mauricio Macri, da Argentina, Michel Temer, do Brasil, Sebastián Piñera, do Chile, Manuel Santos, da Colômbia, Horácio Cartes, do Paraguai, e Martin Vizcarra, do Peru, como parceiros. Estes chefes sul-americanos não têm nenhuma análise realista da crise que afeta o mundo atual nem uma estratégia para enfrentá-la, a não ser rejeitar o que apresentou bons resultados no passado recente e tentar se legitimar junto às grandes potências, Estados Unidos e Europa, por meio de uma “guerra fria regional”, com ataques à esquerda no governo, particularmente ao da Venezuela, ou na oposição e a abertura da economia de seus países para inves-

timentos estrangeiros diretos por meio de aquisições a preços baixos e privatizações.

Em mais uma demonstração que a direita sul-americana não tem compromisso com a democracia e sequer com o desenvolvimento de sua região, os governos destes seis países da América do Sul decidiram retirar-se da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Sob o eufemismo de se “licenciarem” desta durante a presidência Pro Tempore de Evo Morales da Bolívia, utilizaram do subterfúgio da “licença” para evitar o debate público sobre suas verdadeiras intenções, pois tanto a adesão ao Tratado que rege a Unasul quanto o seu abandono requerem ratificação parlamentar. No caso brasileiro, do Senado, o que permitiria o posicionamento dos partidos políticos, dos senadores individualmente e até dos pré-candidatos presidenciais.

No entanto, sob a desculpa esfarrapada que o cargo de secretário-geral está vago desde o término

do mandato do colombiano Ernesto Samper no início de 2017 devido à falta de consenso sobre a eleição do candidato argentino, o diplomata José Octavio Bordón, estes governos pretendem esvaziar um dos processos de integração continental mais importantes dos últimos anos, transformando a discussão em uma disputa ideológica, absolutamente inconveniente nas relações entre países vizinhos com tantos problemas comuns. O governo golpista de Michel Temer tem sido protagonista na implementação destas posições.

A partir da desestabilização do governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2015, seguida do golpe em 2016, o Brasil vem se tornando um país irrelevante no cenário internacional. Um objetivo geopolítico era recolocar o Brasil na órbita dos interesses dos Estados Unidos, o que, no entanto, se complicou parcialmente com a vitória do presidente Donald Trump. Por outro lado, a política de Temer teve como efeito ampliar as possibilidades de expansão dos investimentos chineses, porém, sem os anteparos necessários para proteger os interesses brasileiros. No Brasil, as tentativas de aproximação das grandes potências também ocorrem por meio da oferta de ativos, em particular do petróleo, terras, água, biodiversidade e a privatização abrangente do patrimônio público para exploração de empresas estrangeiras.

As atitudes que o governo ilegítimo vem adotando e, conseqüentemente, as relações internacionais que busca estabelecer e os fóruns que tem prestigiado visam atender apenas a quatro prioridades. A primeira é utilizar o aparato diplomático do Itamaraty para defender a suposta legalidade do golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff e, da mesma forma, reagir às críticas sobre as medidas que vem implementando como, por exemplo, a reforma trabalhista e a legalização do trabalho escravo, ambas criticadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A recente manifestação de ex-chefes de Estado social-democratas europeus reivindicando o direito de Lula candidatar-se nas próximas eleições aborreceu sobremaneira o chanceler golpista, Aloysio Nunes, que os acusou de ingerência indevida em assuntos de um “país soberano”.

As demais são a tentativa de se aproximar de paí-

ses desenvolvidos como os europeus e os Estados Unidos por meio da abertura econômica para investimentos e oferta de negociações comerciais, no entanto, sem muito êxito; aproximar-se plurilateralmente da China por meio dos Brics, bem como bilateralmente, com o intuito de atrair investimentos diretos e empréstimos sem uma perspectiva da retomada do desenvolvimento industrial-tecnológico; aliar-se a governos e partidos de direita na América Latina e romper com um dos ditames fundamentais da política externa brasileira que é o respeito à autodeterminação dos povos e não ingerência, particularmente em relação à Venezuela, país que também foi ameaçado de intervenção militar pelos Estados Unidos.

Após o processo de impedimento da presidenta Dilma e a usurpação da presidência por Michel Temer, houve também uma guinada significativa, ao menos no plano discursivo, em relação às propostas de inserção comercial por parte do Ministério das Relações Exteriores, com ênfase na abertura comercial e na tentativa de aproximação com países desenvolvidos.

A centralidade concedida ao Ministério da Fazenda durante estes dois anos afetou sobremaneira a política comercial do país, com uma pauta de abertura unilateral e de ênfase em acordos internacionais indutores de reformas domésticas liberalizantes. Nesse sentido, a adesão aos Códigos de Liberalização de Capitais e Operações Correntes Invisíveis da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi alçada ao centro da política econômica do governo, além da própria solicitação de ingresso na OCDE. Também, em documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos - “Uma Agenda de Produtividade: o Desenvolvimento como Interesse Público (nov. 2017)” - foi afiançada a necessidade de aumentar o número de Tratados Bilaterais de Investimentos (TBIs), e de o país se tornar membro do Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (*International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID*), associado ao Banco Mundial. Essas medidas, além de contrariar linhas consolidadas da política externa do país, também são contraditórias em relação às estratégias de proteção e facilitação de investimentos adotadas nos últimos

anos, que dialogavam com um contexto global de recuo na adoção de mecanismos de solução de controvérsias investidor-Estado.

A eleição do presidente Donald Trump, com a consequente saída do país da Parceria Transpacífica (TPP na sigla em inglês), a renegociação do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (North America Free Trade Agreement - Nafta), questionamentos às regras multilaterais da OMC e ao seu sistema de solução de controvérsias, bem como uma deliberada agenda protecionista, diminuíram as expectativas de um aprofundamento da liberalização comercial bilateral com os Estados Unidos, uma das propostas do governo Temer. Ao mesmo tempo, ainda que a TPP não entrasse em vigor, suas disciplinas representavam padrões sob os quais grande parte das futuras negociações comerciais seriam pautadas, algumas delas já apresentadas ao Brasil pelos membros da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Costa Rica e México) com os quais o governo brasileiro vem flertando.

Neste cenário, a União Europeia e, paradoxalmente, a China se apresentaram como as maiores defensoras do livre comércio. Com o bloco europeu, em particular, o Brasil, junto com os demais Estados membros do Mercosul, encontra-se na expectativa da assinatura de um acordo comercial, que passou por uma nova rodada de negociações, em paralelo à XI Conferência Ministerial da OMC em Buenos Aires, em dezembro de 2017, embora novamente sem um resultado final.

Ou seja, o governo Temer, assim como seus colegas sul-americanos, transformou a política externa em *business*, debilitando o bloco sul-americano em formação e sem contribuir para projetar o país no exterior e incidir sobre os rumos da política internacional.

Maduro se reelege na Venezuela

No dia 20 de maio ocorreu na Venezuela a eleição para o cargo da presidência. O atual presidente, Nicolás Maduro, candidato da *Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV)*, venceu com 68% dos votos válidos e governará o país por mais seis anos. Em segundo lugar ficou Henri Falcón, do *Avanzada Progresista*, com 21% e, em terceiro, o evangélico Javier

Bertucci do *Esperanza por el Cambio*, que obteve 11%.

Cerca de 45% do eleitorado compareceu às urnas, já que no país o voto não é obrigatório. Um número baixo se comparado ao histórico venezuelano, onde essa taxa chegou a 80% na última eleição, em 2013. Porém, está na média das “tradicionais” democracias no mundo: na França, por exemplo, o pleito de 2017 para a presidência, que elegeu Emmanuel Macron, contou com a participação de 44% da população apta a votar.

Além disso, houve boicote da principal frente de oposição ao atual governo, *Mesa de la Unidad Democrática (MUD)*, enfraquecida depois da conformação da Assembleia Constituinte e que, mais uma vez, se mostrou não disposta a passar pelos ritos democráticos. Inclusive, os opositores, desde a época de Hugo Chávez, nunca se mostraram muito afeitos à democracia, basta lembrar da tentativa de golpe de Estado em 2002.

Mesmo antes da eleição acontecer, os Estados Unidos de Donald Trump já haviam falado que não iriam reconhecer a autenticidade do resultado. É importante ressaltar os interesses desse país no petróleo da Venezuela, que possui as maiores reservas já comprovadas, e como um governo abertamente anti-imperialista, como foi o de Chávez e o atual de Maduro, pode prejudicar isso. O que está em jogo, para os americanos, não é o regime de governo venezuelano e sim ter ou não um território chave para sua segurança energética submisso a suas vontades.

O candidato que ficou em segundo lugar, Falcón, também disse não reconhecer a eleição, fazendo acusações de fraude. Entretanto, as votações no país são acompanhadas por observadores internacionais que atestam sua transparência. Entre os cerca de duzentos convidados do dia 20 estava, por exemplo, o ex-presidente espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero.

Os próximos seis anos de governo Maduro seguirão sendo de luta. Com sua vitória, o país, que ainda hoje não conseguiu superar a dependência da exportação de petróleo, provavelmente sofrerá ainda mais sanções econômicas, o que prejudicará de forma brutal o povo venezuelano. Não será fácil.

O projeto do novo governo italiano

Depois de mais de dois meses das eleições, a Itália possui novo plano de governo. As negociações, que estavam beirando a um impasse absoluto que terminaria, provavelmente, com novas eleições, só andaram para frente depois que o Liga Norte, que estava inserido numa coligação com o Forza Itália de Silvio Berlusconi, conseguiu aval para conversar sozinho com o Movimento 5 Estrelas (M5S).

O documento, contendo o projeto de governo divulgado pelos dois partidos que foram os mais votados em março, mostra contornos xenófobos e conservadores, ao mesmo tempo que rechaça completamente as medidas neoliberais impostas ao país pela União Europeia (UE).

É no âmbito econômico, principalmente, que aparece a retórica cética em relação à UE. As propostas nesse sentido passam por uma reforma nos impostos, redução da idade para a aposentadoria e por uma progressista renda básica universal de cerca de 780 euros por mês. Essas medidas vão no sentido oposto ao Pacto de Estabilidade e ao Mecanismo Europeu de Estabilidade que impõe aos países membros equilíbrio orçamental. Além disso, pretende-se a discussão de todos os tratados assinados com a UE, apesar de

não ser explícita uma possível saída à la *Brexit*.

Na política externa é proposta uma maior aproximação com a Rússia e a retirada das sanções econômicas contra esse país, o que demonstra, novamente, o teor anti-UE do plano de governo.

Em outras partes, porém, o documento é extremamente conservador. Por exemplo, na questão sobre a imigração que foi fortemente discutida durante a corrida eleitoral, fala-se em bloquear o acesso de imigrantes ao país e em repatriamento. Outro ponto que é bem emblemático é a generalização do porte de armas, pautada no argumento de garantia do direito de defesa a todos cidadãos.

Ao eleger a Liga e M5S e suas propostas, a população italiana, uma das que mais sofreram com a crise na Zona do Euro conjuntamente com os portugueses, espanhóis, irlandeses e gregos, dá um recado claro: a austeridade defendida pela UE não funciona e só traz prejuízos. E, quando isso acontece, ou a saída é pelo populismo de direita, que vem colado ao conservadorismo, como vemos na Itália, ou pela esquerda, como ocorre na retomada do desenvolvimento em Portugal, com o governo do Partido Socialista e com o crescimento do Podemos na Espanha.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção analisa a perseguição jurídica contra o ex-presidente Lula, demonstrando como o Judiciário tem negado arbitrariamente recursos de sua defesa e cerceado seus direitos. Também destaca a reafirmação do PT em relação à pré-candidatura de Lula à presidência, afastando a possibilidade de apoiar outros nomes, além do quadro de fragmentação e indefinição em torno de uma candidatura da centro-direita. Por fim, traz os últimos dados de opinião pública divulgados pelo Instituto MDA, em parceria com a Confederação Nacional dos Transportes.

Recursos e visitas negados a Lula

A defesa já impetrou uma série de pedidos de habeas corpus para evitar ou suspender a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, todos negados. A primeira negativa veio da 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 6 de março, de forma unânime. Em 5 de abril foi a vez do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negar o habeas corpus, por seis votos contra e cinco a favor, e por isso foi expedida a ordem de prisão de Lula, detido desde o dia 7 de abril em Curitiba.

Após a ordem de prisão, a defesa pleiteou novamente ao STJ que mantivesse o ex-presidente solto. O pedido foi negado no dia 6 de maio, pelo ministro Félix Fischer. Com mais um habeas corpus negado, os advogados de Lula recorreram ao STF com pedido de liminar, que questiona o início imediato da execução da pena, por determinação do TRF da 4ª região. A defesa sustentou que não houve exaurimento da segunda instância, já que ainda

eram possíveis novos embargos. O ministro Fachin negou seguimento à reclamação.

Três dias após Lula ter se apresentado à superintendência da Polícia Federal para cumprimento da ordem judicial, em Curitiba, a juíza Carolina Moura Lebbos, responsável pela execução penal da sentença do ex-presidente, negou a um grupo de nove governadores e três senadores um pedido de visita para verificar em que condições se dá a execução penal. O pedido só foi aceito no dia seguinte, 11 de abril, mas para um grupo menor, formado pela Comissão dos Direitos Humanos do Senado.

No dia 18 de abril, Adolfo Pérez Esquivel, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1980, havia programado uma visita a Lula, invocou as Regras de Mandela, ou Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, um tratado que prescindia de autorização judicial. A juíza federal substituta Carolina Lebbos, da 12ª Vara, vetou a visita alegando que não apresentava fundamento concreto, uma vez

que não havia indicativos de violação a direitos dos custodiados no estabelecimento que se pretendia inspecionar e que não considerava a visita como de organismo internacional intergovernamental, embora o reconhecesse como entidade consultiva da Organização das Nações Unidas (ONU).

No dia seguinte, foi a vez do teólogo e amigo de Lula Leonardo Boff dar plantão na porta da Polícia Federal e ter também sua visita negada pela mesma juíza. A visita só foi possível no dia 7 de maio, após trinta dias da prisão política de Lula, feita em negociação direta com a PF, como 'assistência espiritual'. Ao final, Boff disse que Lula está indignado, mas reafirmou sua candidatura e que só deixará de ser candidato se a Justiça apresentar provas das acusações feitas contra ele.

Ainda no bojo das proibições arbitrárias de visitas, no dia 25 de abril a juíza Carolina Lebhos vetou a visita de um dos médicos indicados para atender a saúde do ex-presidente Lula, alegando que "não havia urgência" envolvida, sem nenhum tipo de respaldo clínico profissional. Desde o dia 7 de abril, o ex-presidente não havia tido acesso a nenhuma avaliação médica, como habitualmente vinha fazendo por ter superado um câncer e ter tido problemas crônicos de diabetes e hipertensão, o que coloca em risco sua saúde.

Outros presos sob custódia na superintendência da Polícia Federal do Paraná recebem atendimento dos médicos indicados por eles, de forma que a restrição exclusiva do atendimento a Lula torna a "justiça da Lava Jato" assimétrica, arbitrária e autoritária, atropelando qualquer direito democrático, e dá mais uma demonstração do caráter político da prisão. A visita médica, assim como a instalação de uma esteira ergométrica para exercícios, só foi permitida no dia 7 de maio, devido a 'outros custodiados igualmente terem direito a atendimento médico particular'

Essa série de irregularidades é parte do que está sendo praticado na prisão política do ex-presidente Lula. A ele não estão sendo aplicadas as normas constitucionais, está posto numa solitária, sem que a Lei de Execução Penal que assegura a detentos a "visita do cônjuge, parentes e amigos em dias determinados, como direitos do preso", seja respeitada.

Somado a isso, o caráter perpétuo da prisão de José Dirceu, no último dia 18 de maio (mais de trinta anos somados aos mais de setenta anos de idade do líder petista) e a tentativa de mandá-lo a uma cela comum, mesmo tendo curso superior de direito, alegando que ele não está com a carteira da OAB atualizada, retratam o caráter persecutório ao PT.

Ao que tudo indica, a força de Lula aumenta à medida que se apresentam várias irregularidades em sua condenação, o cumprimento de sua pena e a seletividade da Justiça contra Lula e PT.

A desarticulação da centro-direita nas eleições

Lula recebeu em 17 de maio a presidenta do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, e o coordenador do programa Lula de governo, Fernando Haddad. Lula é o pré-candidato do PT à presidência da República e sua candidatura deve ser lançada mesmo com ele preso em regime fechado, e será registrada em 15 de agosto, só podendo ser impugnada pela Justiça Eleitoral após essa data.

Na conversa, Lula deixou clara a intenção de manter sua candidatura e pediu a Haddad que intensifique o trabalho em seu programa de governo, que deve ser "ousado". Após o encontro, Gleisi se reuniu com os governadores petistas e partidos aliados para reforçar que Lula é o candidato do PT e que o Partido dos Trabalhadores não apoiará outro nome.

Ciro, pré-candidato do PDT, está buscando parcerias para a vice-presidência no empresariado, e também mantém conversas com partidos de centro-esquerda, como o PSB, e partidos da centro-direita, como o PP e o DEM. Já Manoela D'Ávila deve apoiar a candidatura de Lula e o PT no segundo turno, mas mantém candidatura própria do PCdoB no primeiro turno. O mesmo ocorre com Guilherme Boulos (Psol).

O PT continua o maior partido de esquerda, em número de deputados, presença institucional, militância e preferência partidária, o que justifica não abrir mão do protagonismo na disputa, mantendo como prioridade a luta contra a prisão injusta e arbitrária de Luiz Inácio Lula da Silva e seu direito de ser candidato.

O MDB lançará a candidatura de Henrique Meirelles, ministro da Fazenda do governo golpista. De acordo com informações veiculadas na imprensa, a tendência é que Temer coordene sua campanha.

Considerado por muitos como o nome que unificaria a centro-direita em 2018, Alckmin afunda nas pesquisas no momento que deveria, para demonstrar seu potencial, estar se consolidando com uma porcentagem razoável das intenções de voto. Seus votos escapam na região Sul para a pré-candidatura de Álvaro Dias (Podemos), ex-tucano. Bolsonaro (PSL) aparenta, também, ter batido no seu teto, de cerca de 15%, e seu caráter descontrolado e fascista dificultará a arregimentação de partidos do centrão, à exceção de figuras mais conservadoras e que combinam com o perfil do deputado, o que acarretará em pouco tempo de TV e pouca estrutura partidária.

Marina (Rede) deve passar por um problema parecido relacionado à estrutura, visto que não parece contar com um apoio considerável como o obtido nas eleições de 2014. Apesar de todos estes candidatos e candidatas contarem com setores diversos do mercado financeiro e do empresariado, ainda falta combinar com o povo e entre si para que cheguem ao segundo turno.

O vácuo político que a direita e o conluio midiático-jurídico-empresarial criará se retirarem Lula da disputa pode gerar a maior abstenção e número de votos inválidos da história, pois retirarão do povo a grande liderança na qual este se reconhece. Com a realidade contrariando a propaganda sobre a recuperação econômica, mais a ausência, até o momento, de um nome da centro-direita que unifique o campo e venha forte para a disputa eleitoral, a situação de impasse tende a se agravar.

A perseguição contra o ex-presidente tem o objetivo de impedir outra vitória da esquerda e do campo democrático-popular nas eleições presidenciais, de modo a inviabilizar a possibilidade de aplicar no país um projeto democrático de desenvolvimento.

Lula é o candidato do PT e cabe ao campo progressista seguir lutando por sua liberdade e seu direito de disputar as eleições.

Última pesquisa de opinião pública

No dia 14 do último mês, a MDA/CNI divulgou pesquisa e comprovou o que o Datafolha, Vox, e Ipsos já haviam revelado logo após a prisão de Lula, ou seja, que permanece líder nas pesquisas de intenção de voto e sua prisão não impactou negativamente sobre seu eleitorado, nem a credibilidade do PT enquanto partido político capaz de reverter o golpe e levar a outra eleição da esquerda e do campo democrático-popular.

O ex-presidente lidera a corrida presidencial, com 32,4% das intenções de voto dos eleitores brasileiros. Atrás dele vêm Jair Bolsonaro (PSL) com 16,7%, seguido por Marina Silva (Rede) com 7,6%, Ciro Gomes (PDT) com 5,4%, Geraldo Alckmin (PSDB) com 4% e Álvaro Dias (Podemos) com 2,5%. Fernando Collor (PTC), Michel Temer (MDB), Guilherme Boulos (Psol), Manuela D'Ávila (PCdoB), João Amoêdo (Novo), Flávio Rocha (PRB), Henrique Meirelles (MDB), Rodrigo Maia (DEM) e Paulo Rabello de Castro (PSC) não chegam a 1% das menções. Votariam em branco ou nulo 18% dos eleitores, e outros 8,7% se disseram indecisos.

Lula lidera também em todos os cenários propostos para o segundo turno pela pesquisa MDA/CNT, que também ouviu os eleitores sobre a condenação do ex-presidente. De março para maio, caíram de 52,5% para 51% os que consideram a sua prisão "justa". Já a avaliação sobre a atuação da Justiça no Brasil é considerada ruim ou péssima para 55,7% dos entrevistados, e o Poder Judiciário é considerado pouco ou nada confiável para 89,3%. Outro protagonista do golpe de 2016, a mídia, é considerado ainda menos confiável, apenas 5% da população brasileira diz confiar nessa instituição.

SOCIAL



Nesta seção, tratamos dos últimos dados sobre o mercado de trabalho brasileiro, com ênfase na expansão da subutilização da força de trabalho, na necessidade de uma regulamentação que garanta direitos aos trabalhadores e na questão de gênero na alocação do tempo da juventude brasileira.

Cresce a subutilização da força de trabalho

Pela medição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), o dado mais recente é de que a taxa de desocupação atingiu 13,1% no primeiro trimestre de 2018, crescendo em relação ao fim do ano anterior. Mas foi divulgado também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que 27,7 milhões de brasileiros estão subutilizados: desocupados, que desistiram de procurar emprego ou trabalham menos horas do que gostariam.

Ambos os dados mostram que a economia patina e que os brasileiros sentem em seu dia a dia o impacto da desocupação e da precarização. Segundo o IBGE, no primeiro trimestre de 2018 a taxa de subutilização da força de trabalho subiu para 24,7%. São a maior taxa e o maior contingente de subutilizados na série histórica da PNADC, iniciada em 2012.

Regionalmente também há muitas diferenças,

com os maiores valores da taxa na Bahia (40,5%), Piauí (39,7%), Alagoas (38,2%) e Maranhão (37,4%) e as menores taxas em Santa Catarina (10,8%), Rio Grande do Sul (15,5%), Mato Grosso (16,0%) e Paraná (17,6%).

Ainda considerando o aspecto regional, os dados mostram que o número de desalentados chegou a 4,6 milhões de pessoas, o maior da série histórica, e que o Nordeste corresponde a 60,6% do total. Entre as unidades da federação, os maiores contingentes estavam na Bahia (805 mil) e Maranhão (430 mil).

Os dados do IBGE confirmam que a crise no mercado de trabalho não foi resolvida e que, apesar da geração de 115 mil vagas formais segundo o Caged em abril de 2018, a situação para os trabalhadores brasileiros ainda é de grande precariedade. O crescimento da subutilização com o crescimento da desocupação, do desalento e da subocupação é uma

péssima notícia, fruto da continuidade da política de arrocho do governo Temer. Com impactos diretos no consumo dos brasileiros, esta limita a capacidade da economia de voltar a crescer, vide os resultados da última “prévia” do PIB (o IBC-Br), que sinalizou um recuo de 0,13% no primeiro trimestre de 2018 (como discute a seção de Economia deste boletim).

Estatuto do Trabalho: uma “nova CLT”

No contexto da retirada de direitos trabalhistas ocorridos com a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, está em debate no Senado uma “nova CLT”. A proposta, discutida na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), trata de assuntos relativos à inclusão social, autorregulação sindical, modernização do trabalho, salário mínimo mensal e jornada de trabalho de quarenta horas semanais e busca regulamentar as relações de trabalho no Brasil de forma moderna e com garantia de direitos para os trabalhadores, retirados pela Reforma Trabalhista aprovada no ano passado.

A proposta foi construída com contribuições da Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e as centrais sindicais. Contou ainda com participação do GT sobre a Reforma Trabalhista do Cesit/IE/Unicamp.

Um item interessante do documento é de que a duração ordinária do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não exceda oito horas diárias e quarenta horas semanais. No entanto, essa duração tem algumas exceções: ela é reduzida e diferenciada para músicos, bancários, jornalistas, mineiros, trabalhadores de telemarketing, entre outros (art. 96). Ainda sobre a jornada, seriam computáveis no cálculo de adicionais legais, gratificações, descanso semanal remunerado, férias e décimo terceiro salário. Volta o entendimento de que horas *in itinere* (o tempo despendido pelo empregado no percurso até o local de trabalho e para o seu retorno em condução fornecida pelo empregador, em geral por ser local de difícil acesso) com-

põem a jornada de trabalho.

O Estatuto ainda está em construção, em especial a segunda parte sobre “Direito Processual do Trabalho”, mas depois de consolidada e aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, a proposta vira Projeto de Lei e segue a tramitação usual.

Ainda sobre a regulação do trabalho no Brasil, vale notar o “cabo de guerra” entre o Ministério do Trabalho e a Comissão de Regulamentação da Reforma Trabalhista do Tribunal Superior do Trabalho (TST): enquanto o primeiro se valeu de parecer da Advocacia Geral da União (AGU) em 14 de maio de 2018 para fundamentar despacho comunicando que a nova regulamentação com a reforma trabalhista seria válida para todos os contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive os iniciados antes da vigência da nova lei, a Comissão do TST deliberou que a aplicação da reforma só vale para contratos iniciados após a entrada em vigor da lei (novembro/2017). Esse é um exemplo dos entraves gerados pela reforma trabalhista, que havia sido alardeada como geradora de segurança jurídica.

Gênero, ocupação e estudo

A dimensão de gênero tem ampla influência sobre a alocação do tempo das brasileiras e brasileiros, em especial quando se considera a realização do trabalho não remunerado no domicílio: em 2017, as mulheres dedicavam aos afazeres domésticos quase o dobro do tempo dos homens, com uma média de 20,9 horas semanais, enquanto para os homens a média ficou em 10,8 horas por semana. A média para ambos os sexos foi de 16,5 horas semanais. Os dados complementam o fato de que as mulheres têm jornadas de trabalho remunerada mais curta que os homens, mas somadas às horas gastas em trabalho não remunerado em casa, a jornada de trabalho feminina total, em geral, é maior no Brasil. Esse é um fator que contribui para os menores salários femininos, pois uma parcela maior do trabalho feminino não é remunerado.

Dados mais recentes do IBGE mostram que essa dimensão continua importante entre os jovens,

ou seja, a reprodução dessa dinâmica de que as mulheres se ocupam mais do trabalho não remunerado que os homens está se reproduzindo com as novas gerações. Em 2017, das 48,5 milhões de pessoas com 15 a 29 anos de idade, 25,2 milhões não haviam concluído o ensino superior nem frequentavam o ensino médio ou qualquer instituição regular de ensino. Também, 11,2 milhões não trabalhavam nem estudavam ou se qualificavam. Entre as jovens mulheres, 24,2% das que não frequen-

tavam a escola, curso ou universidade afirmaram não realizar tal atividade por cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência. Entre os jovens homens, esse percentual foi de 0,7%.

Apesar dos avanços na discussão sobre gênero no país, percebe-se que, para a geração atual de jovens no Brasil, o gênero ainda tem muito peso nas trajetórias de vida e marca as possibilidades da juventude brasileira.

ECONOMIA



Pelo que aponta o indicador antecedente elaborado pelo Banco Central, a recuperação da economia, que era dada como certa no final de 2017, parece temporariamente adiada. Sem o crescimento, o quadro social que já era dos mais graves de nossa história será mais agudo, conduzindo o país para uma campanha eleitoral incomum, na qual qualquer candidato que se alinhe às teses neoliberais deverá fracassar, enquanto Lula desponta a cada dia mais como a única esperança para reencontrar o rumo do desenvolvimento.

Nível de Atividade

Com a divulgação dos indicadores de atividade relativos ao último mês de março, o Banco Central do Brasil apresentou em maio a sua estimativa quanto à variação do PIB no primeiro trimestre de 2018. Contrariando as previsões dos analistas do mercado - que ainda acreditavam em um tênue crescimento - o indicador antecedente (IBC-Br) do BC apontou uma contração do PIB de 0,13% nos primeiros três meses do ano quando comparado ao último trimestre de 2017. Com isso, não apenas a pesquisa Focus continuou a registrar projeções declinantes (já são sete semanas consecutivas de revisões cadentes), como já se pode encontrar entre os seus informantes algumas previsões que colocam o crescimento do PIB de 2018 abaixo do patamar de 2%.

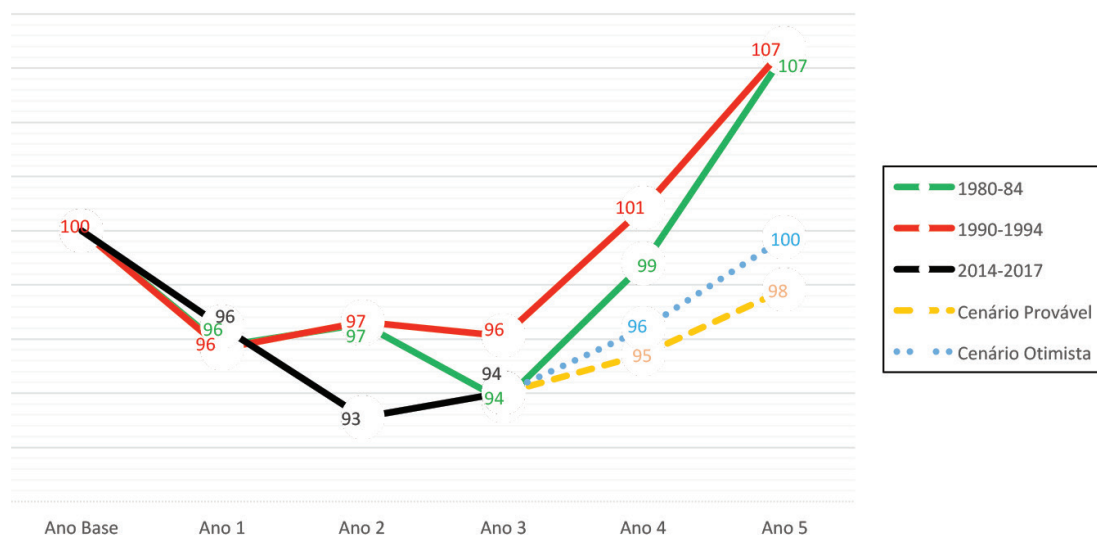
Surpresas à parte, tal resultado revela o fracasso

ruidoso da política econômica ortodoxa que vem sendo praticada no Brasil nos últimos anos e que lança todas as suas fichas no ajuste das contas públicas e no desmonte dos aparelhos econômicos do Estado. Enquanto esperam sentados pela combustão espontânea das forças de mercado, os economistas do governo golpista de Temer vão deixando como legado o mais medíocre e anêmico processo de recuperação pós-recessão de todos os tempos.

Como se pode notar no gráfico 1, onde estão comparadas as três maiores recessões da economia brasileira desde o pós-guerra, entre o último ano com crescimento do PIB (marcado como Ano base no gráfico) e o início da retomada (Ano 3), em todos os casos houve uma queda acumulada da ordem de 5% do PIB, a partir de quando se percebe o início de um processo de recuperação.

Nas recessões do começo dos anos 1980 (crise da

Gráfico 1: Evolução do PIB em diferentes recessões



Fonte: IBGE - Elaboração Banco Central.

dívida externa) e do início da década seguinte (Plano Collor) o PIB voltou a crescer aceleradamente a partir do quarto ano (respectivamente 1984 e 1993) - quando praticamente a produção já havia retornado aos patamares pré-recessão.

Porém, a se considerar o atual pulso da economia brasileira, deveremos ter agora uma recuperação significativamente mais lenta, que, mesmo em um cenário bastante otimista (crescimento de 2,5% em 2018 e de 3,5% em 2019), só conseguiria superar o patamar de 2014 no ano de 2020.

Contudo, no cenário que consideramos o mais provável (crescimento de 1,5% em 2018 e de 2,5% em 2019), a economia brasileira deverá virar a década ainda com um PIB cerca de 2,2% inferior ao que foi registrado em 2014.

Cabe assinalar que em qualquer das duas hipóteses chegaremos ao quinto ano desde o início da recessão com uma recuperação com quase sete pontos percentuais a menos do que foi observado nos outros dois processos recessivos.

Para além da inoperância convicta dos neoliberais que hoje governam o país, cuja única aposta é a combustão espontânea das forças de mercado, novos fatores têm surgido no horizonte e se somam à falta de propulsão de nossa economia. Neste sentido, não se deve descartar o retorno de um quadro recessivo nos próximos trimestres. Entre os sinais

mais graves, devem-se destacar os efeitos diversos da elevação das taxas de juros dos Estados Unidos, seja diretamente sobre a nossa economia, seja sobre nossos principais parceiros comerciais.

Parece cada vez mais claro que, à medida que se reverte a política de dólar barato que irrigou a periferia mundial nos últimos anos, já se começa a perceber um crescimento dos passivos externos das empresas brasileiras (pois as grandes empresas instaladas no país ainda carregam elevadas dívidas em dólares).

Além disso, pela mesma razão, é de se esperar que nos próximos meses venhamos a perder parte importante de nossas exportações de manufaturados, visto que a crise cambial que se observa em nosso principal parceiro comercial para este tipo de bem (a Argentina) será constrangida a limitar seriamente a sua capacidade de importação.

Observando-se em separado cada uma das três pesquisas setoriais de que dispomos no Brasil (PIM, PMS, PMC) e que constituem os principais componentes do IBC-Br, tivemos duas quedas sintomáticas nos dados de março - indústria (-0,1%) e serviços (-0,2%) - e uma variação positiva do comércio varejista (+0,3%).

Em relação à referida queda observada na produção física do setor industrial frente ao mês imediatamente anterior (na série com ajuste sazonal), é

importante destacar o fato de que foi influenciada fundamentalmente pelo desempenho ruim da produção de bens intermediários, cuja retração chegou a 0,7% na passagem de fevereiro para março. Com esse resultado, acumulam-se três quedas consecutivas na produção deste tipo de bem, o que revela uma situação preocupante em relação ao desempenho da economia, uma vez que o ritmo de produção de bens intermediários constitui um indicador relevante do nível de atividade da indústria geral.

Além disso, apesar da PIM ter registrado um crescimento da produção de bens de capital no mês de março (+2,1%), outro alerta em relação ao desempenho do setor industrial veio com a divulgação do indicador mensal de Consumo Aparente de bens industriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Na passagem de janeiro para fevereiro esse indicador apontou uma queda de 1,6%, decorrente de um recuo da produção de bens industriais líquida de exportações (-1,2%) e de uma contração ainda mais acentuada das importações de bens industriais (-2,8%).

Contas Públicas

Levando em consideração os números relativos à execução do orçamento do governo central no primeiro bimestre do presente ano, observa-se um crescimento das receitas acima do esperado (+6,4%) e uma queda das despesas abaixo do previsto (-5,4%). Com isso, de acordo com as projeções do Instituto Fiscal Independente do Senado Federal, o déficit primário do exercício de 2018 deve recuar cerca de 15 bilhões de reais, fechando o ano com uma cifra próxima de 142 bilhões.

A respeito da melhora do comportamento das receitas federais, deve-se assinalar, entretanto, que resultam em maior parte da expansão de receitas extraordinárias, não correlacionadas ao ciclo econômico. No comparativo com as receitas observadas no primeiro trimestre do ano anterior, merecem destaque a ampliação da arrecadação com PIS/Cofins (+22%), dos royalties que cresceram com o aumento do preço do petróleo (+13%) e das receitas

com o Refis e a transferência de ativos (+6%).

Já pela ótica das despesas, a evolução das contas do governo central no primeiro trimestre registra uma expansão, fundamentalmente ligada também a fatores não recorrentes, como o pagamento de precatórios e sentenças judiciais – estima-se que no ano esse tipo de despesa alcance cerca de 12 bilhões de reais.

Considerando essas tendências assinaladas nas contas do governo central e ainda as estimativas quanto à evolução fiscal dos governos subnacionais, projeta-se para 2018 um déficit primário do setor público consolidado da ordem de 1,96% do PIB, isto é, ligeiramente maior do que aquele que foi registrado em 2017 (-1,69%).

Comércio Exterior

O saldo da balança comercial brasileira acumulado até a terceira semana do mês de maio foi de 25,4 bilhões de dólares, o que corresponde a uma queda de 3,2% em relação ao saldo apurado no mesmo período de 2017. Mesmo com as exportações crescendo 9,3% no período, o que explica a leve queda do nosso superávit comercial foi o avanço um pouco mais acentuado do total importado (+11,7%).

Considerando os resultados computados apenas até o mês abril de 2018, os produtos com maior participação em nossa pauta exportadora foram, respectivamente a soja (12% do total), os óleos brutos de petróleo (9,6%) e o minério de ferro (8%), isto é, todos produtos básicos. Já entre os produtos manufaturados, os destaques foram os automóveis de passageiros (2,8%) e entre os semimanufaturados, a celulose (3,7%).

As perspectivas quanto à evolução de nosso comércio exterior nos próximos meses são, entretanto, muito incertas. Por conta de algumas mudanças importantes no cenário internacional (a guerra comercial iniciada pelo governo Trump, a elevação dos juros dos títulos do tesouro dos EUA e seus impactos sobre o câmbio e a consequente crise cambial argentina) deve-se esperar que nosso setor exportador venha a ser afetado de diferentes maneiras.

Entre os efeitos positivos, a desvalorização do real frente ao dólar provavelmente será o mais significativo. Mesmo que no curto prazo possa representar um aumento da dívida privada em moeda forte, afetando o equilíbrio financeiro de algumas empresas, o setor exportador deverá se beneficiar e é de se supor que, nos próximos meses, assistiremos a uma melhora do resultado de nosso comércio exterior. Além disso, por conta das barreiras comerciais erguidas mutuamente entre os Estados Unidos e a China, é provável que vejamos abrir espaço no mercado chinês para as exportações brasileiras, principalmente de commodities agrícolas e, de forma análoga, poderemos também nos beneficiar de uma fatia maior do mercado norte-americano para o nosso minério de ferro.

Já entre os efeitos negativos, o principal poderá ser a queda das exportações de bens manufaturados para o mercado da Argentina. Considerando que nosso vizinho de Mercosul é o destino de 75% de nossas exportações de automóveis, uma crise cambial de maiores proporções pode bloquear fortemente esse canal comercial, afetando talvez o segmento mais importante de nossa pauta exportadora atual.

Inflação e política monetária

Na reunião do Conselho de Política Monetária (Copom) realizada no último dia 16 de maio optou-se por manter a taxa básica de juros no patamar de 6,5%, contrariando as previsões predominantes no mercado que apostavam em mais uma redução de 0,25 pontos percentuais.

Sob o argumento de que sua decisão teria sido motivada por cautela quanto às expectativas inflacionárias, o BC acabou, porém, provocando o resultado inverso do que almejava. Na perspectiva dos agentes do mercado prevaleceu a interpretação de que o Banco Central agiu com um olho no risco cambial, o que fez não apenas os agentes se alertarem com o quadro externo, como provocou uma aceleração do processo de desvalorização do real frente ao dólar (no dia seguinte à divulgação da ata do Copom o real chegou a ser comercializado à taxa de 3,99).

Além disso, na desastrada decisão do Copom, desancorando as expectativas pelas quais tanto diz zelar, a diretoria do Banco Central brasileiro acabou deixando evidente que, a despeito da retórica ortodoxa e da rigidez de nosso regime de metas, na prática nossa autoridade monetária opera sob a égide do duplo mandato: o controle da inflação e a redução do risco cambial, mantendo-se cega apenas quanto ao nível de emprego.

Não é demais assinalar que, caso seguissemos as mesmas regras que são adotadas pelos principais bancos centrais do mundo, onde o duplo mandato é definido pelo par inflação-emprego, nosso BC teria de reduzir ainda mais a taxa Selic. Como a inflação medida pelo IPCA segue bastante baixa (em abril a taxa anual alcançou 2,68%), ainda muito abaixo do piso da meta de 3% perseguida pelo Banco Central, e a taxa de desemprego continua muitíssimo elevada (13,1%), nada deveria justificar o fim da política de redução da taxa básica de juros de nossa economia.

TERRITORIAL



Em 2017 surgiram cerca de 260 mil novos trabalhadores ambulantes no mercado de brasileiro. Mais da metade destes estão nas regiões Norte e Nordeste, mas o crescimento ocorreu de Norte a Sul do país. A alternativa encontrada foi principalmente no ramo da alimentação de rua. No entanto, esta alternativa ocupacional carrega consigo uma série de precariedades.

COMÉRCIO AMBULANTE AMPLIA TRABALHO PRECÁRIO

Com a crise econômica atual e o aumento do desemprego, os brasileiros estão buscando outras possibilidades de sobrevivência. E uma das formas encontradas por aproximadamente 260 mil trabalhadores no Brasil em 2017 foi a atividade de comércio ambulante como ocupação principal. Se, por um lado, esta atividade gera retorno financeiro praticamente imediato, também o faz a altos custos de precariedade econômica e social.

Como se pode observar na tabela 1, os ambulantes representam cerca de 1,9% do total de trabalhadores do país. Mas esta proporção possui grande variação entre os estados da federação. Considerando que o emprego ambulante muitas vezes se torna a única opção de subsistência para as pessoas que não conseguem um emprego formal, esta maior concentração em alguns estados brasileiros demonstra também a fragilidade do mercado de trabalho local.

E, neste aspecto, cinco estados da federação apresentam o dobro, ou mais, da concentração nacional, que é de 1,9% do total de ocupados. São eles: Maranhão (4,2% de trabalhadores ambulantes), Pará (4,2%), Sergipe (4,1%), Ceará (4,1%) e Amapá (3,8%), todos do Norte e Nordeste do país. Aliás, o emprego ambulante é destacadamente mais presente nestas duas regiões do que nas demais. Os catorze estados com maior presença desta atividade são nortistas ou nordestinos.

O Rio de Janeiro é o estado do centro-sul do país com maior concentração de ambulantes. São Paulo, apesar de possuir o maior número de ambulantes (274 mil pessoas), é o que possui a sétima menor concentração, 1,3% do total de ocupados. Os estados com menor participação destes trabalhadores em seu mercado são Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 0,5% e 0,9% do total de ocupados, respectivamente.

Tabela 1. Quantidade e proporção de trabalhadores ambulantes por Unidade Federativa

Estado da Federação	Nº de ambulantes em 2017	Total de ocupados em 2017	Proporção de ambulantes no total de ocupados em 2017 (%)
Maranhão	97.437	2.308.516	4,2
Pará	139.191	3.323.146	4,2
Sergipe	36.934	893.333	4,1
Ceará	140.827	3.474.524	4,1
Amapá	11.480	300.839	3,8
Alagoas	34.436	1.029.384	3,3
Bahia	191.354	5.944.870	3,2
Acre	9.136	289.503	3,2
Amazonas	46.766	1.501.121	3,1
Pernambuco	103.702	3.373.362	3,1
Rio Grande do Norte	36.933	1.336.566	2,8
Roraima	4.526	189.567	2,4
Piauí	28.209	1.241.616	2,3
Paraíba	33.192	1.493.769	2,2
Rio de Janeiro	141.585	7.136.449	2,0
Distrito Federal	27.438	1.417.667	1,9
Goiás	59.089	3.189.950	1,9
Rondônia	12.828	801.937	1,6
Tocantins	8.611	591.237	1,5
Espírito Santo	24.144	1.798.521	1,3
São Paulo	273.750	21.731.994	1,3
Mato Grosso	17.920	1.495.484	1,2
Minas Gerais	113.515	9.744.991	1,2
Mato Grosso do Sul	14.110	1.261.715	1,1
Paraná	52.811	5.462.156	1,0
Rio Grande do Sul	47.719	5.517.325	0,9
Santa Catarina	15.780	3.503.827	0,5
BRASIL	1.723.423	90.353.369	1,9

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2017/IBGE.

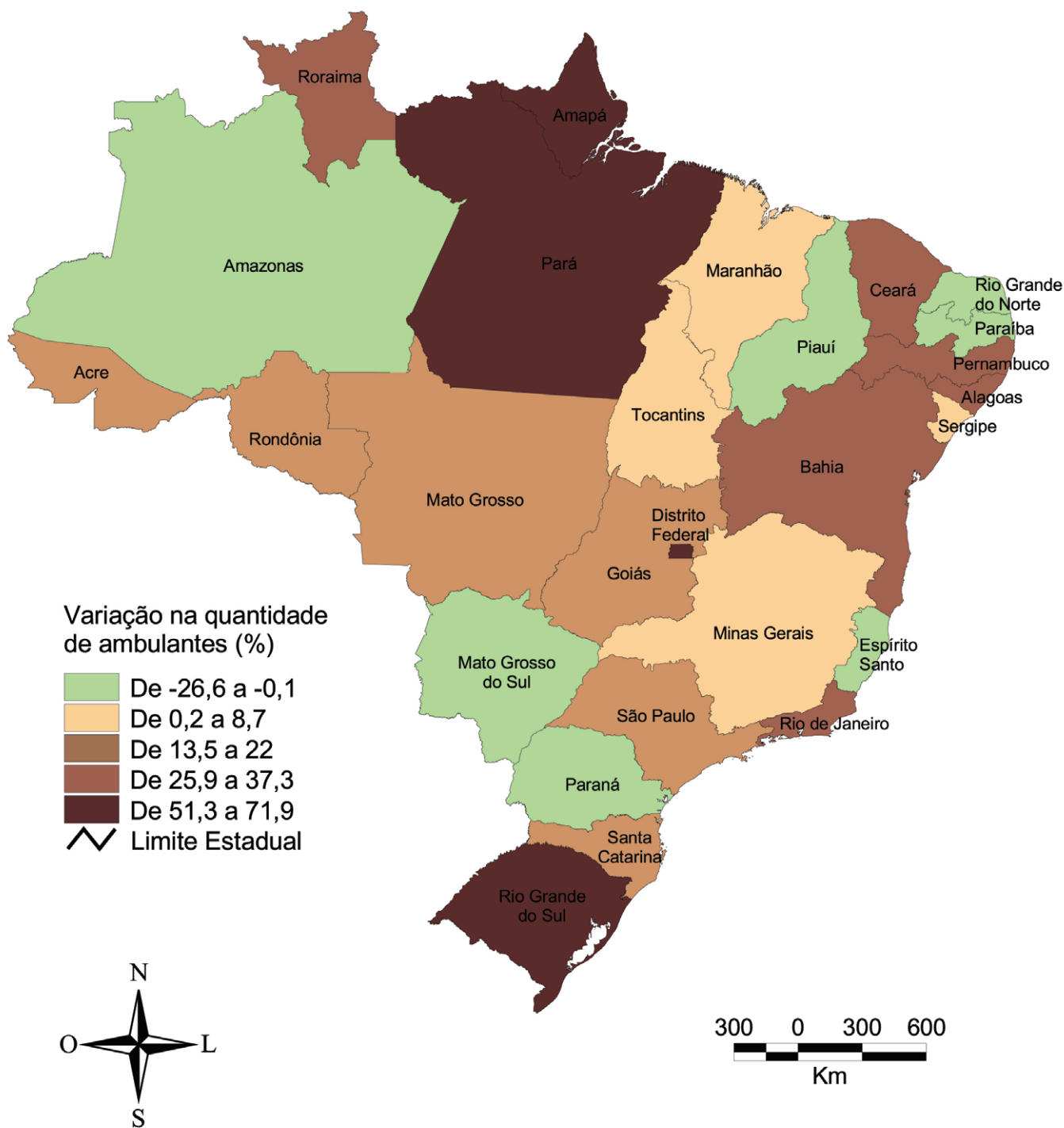
Onde o emprego ambulante cresceu

Como pode-se observar no Mapa 1, o crescimento da atividade de comércio ambulante em alguns estados foi muito grande entre 2016 e 2017. Em quatro unidades da federação o número de ambulantes ocupados cresceu mais de 50% em apenas um ano, são eles: Amapá (crescimento de 71,9%), Distrito Federal (58,1%), Pará (52%) e Rio Grande do Sul (51,3%). O Pará, inclusive, foi o estado onde mais pessoas começaram a se dedicar a esta atividade em 2017. Em 2016 eles correspondiam a 91.600 trabalhadores, ao

passo que em 2017 já eram 139.200, cerca de 47.600 a mais do que no ano anterior.

Em outros dezesseis estados, de Norte a Sul do país, estas ocupações cresceram de 0,2%, no Tocantins, a 37,3% em Pernambuco, por exemplo. Apenas sete estados, espalhados pelas cinco grandes regiões do país, apresentaram redução no número destes trabalhadores. A maior redução ocorreu no Piauí (menos 26,6% de ambulantes), e a menor contração se deu no Paraná (redução de apenas 0,1%).

Mapa 1. Variação da quantidade de trabalhadores ambulantes entre 2016 e 2017



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2016 e 2017/IBGE.

Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Anual, do IBGE, que serviram como fonte deste estudo, permitem observar quais as duas atividades que abarcam a atuação dos ambulantes. Em 2017, 74% destes trabalhadores atuavam no comércio ambulante não alimentício e feiras. O restante atuava nos demais serviços ambulantes es-

pecíficos de alimentação. E foi esta última atividade a responsável por 94% do crescimento do número de ambulantes no país, cerca de 245 mil novos postos. Conforme se pode verificar na Tabela 2, esta categoria cresceu 120% em relação a 2016, chegando a quase 450 mil trabalhadores em 2017.

Tabela 2. Trabalhadores ambulantes por tipo de atividade

Tipos de atividade dos ambulantes	Total de ambulantes em 2016	Total de ambulantes em 2017	Crescimento, em nº de ocupados
Comércio ambulante e feiras	1.260.966	1.275.562	14.596
Serviços ambulantes de alimentação	202.602	447.866	245.263
Total	1.463.569	1.723.428	259.859

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2016 e 2017/IBGE.

Ao observar a variação quantitativa dos ocupados como comerciantes ambulantes entre 2016 e 2017, na Tabela 3, é possível perceber que das quatro ocupações que mais cresceram, três são diretamente vinculadas ao segmento da alimentação, e a quarta

(vendedores em domicílios) também pode comportar tais atividades. A ocupação que obteve a maior variação negativa de trabalhadores (-46.419 pessoas no período) é a única que efetivamente não comporta trabalhadores do ramo alimentício.

Tabela 3. Trabalhadores ambulantes por tipo de ocupação

Principais ocupações dos trabalhadores ambulantes	2016		2017		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cozinheiros	17.570	1,2	19.669	1,1	2.099	11,9
Vendedores de quiosques e postos de mercados	342.145	23,4	430.844	25,0	88.699	25,9
Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	178.631	12,2	408.288	23,7	229.657	128,6
Vendedores em domicílio	71.632	4,9	106.610	6,2	34.977	48,8
Vendedores ambulantes (exceto de serviços de alimentação)	735.423	50,2	689.004	40,0	-46.419	-6,3

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2016 e 2017/IBGE.

Algumas características dos trabalhadores ambulantes

Ao comparar alguns aspectos dos trabalhadores ambulantes com os dos demais ocupados, presentes na Tabela 4, nota-se uma proporção menor de homens (52,3% para estes contra 56,7% para os demais trabalhadores), uma maior de negros (65,5% contra 52,5%) e uma média de idade superior em dois anos em relação aos demais (41,6 anos contra 39,7 anos).

Dois anos também é a diferença na média de anos de estudo. Ambulantes estudaram em média 7,6 anos e não-ambulantes apenas dois anos a mais, 9,6 anos. A proporção de pessoas que não sabem ler é maior entre os ambulantes, 6,7% contra 3,2% dos demais trabalhadores. Cerca de 6,4% dos ambulantes chegaram pelo menos a cursar o ensino superior. Para os demais trabalhadores esta proporção é quatro vezes maior, ou seja, 25,5%.

Tabela 4. Características destacadas do perfil dos trabalhadores ambulantes e não-ambulantes

Estatísticas	Trabalhadores Ambulantes	Demais trabalhadores
Proporção de homens	52,3%	56,7%
Proporção de negros	65,5%	52,5%
Média de idade	41,6 anos	39,7 anos
Média de anos de estudo	7,6 anos	9,6 anos
Não sabe ler	6,7%	3,2%
Com nível de ensino inferior ao médio completo	62,8%	42,0%
Com nível de ensino equivalente ao médio completo	30,8%	32,5%
Com nível de ensino equivalente ao superior incompleto ou completo	6,4%	25,5%
Carteira de trabalho assinada	9,7%	68,4%
Contribuição à Previdência	17,1%	65,5%
Rendimento médio mensal	R\$1.118,62	R\$2.425,02

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2017/IBGE.

As características do mercado de trabalho deixam explícitas as fragilidades econômicas e sociais às quais os antigos e novos trabalhadores ambulantes estão sujeitos neste período. A proporção dos trabalhadores não-ambulantes que possuem carteira assinada (68,4%) é sete vezes maior do que a dos ambulantes

(9,7%). Os primeiros também possuem 3,8 vezes mais vínculos previdenciários (65,5%) do que os segundos, (17,1%). O rendimento médio mensal dos trabalhadores ambulantes foi de 1.118,62 reais em 2017, ao passo que o dos demais trabalhadores foi de 2.425,02, mais do que o dobro.

COMUNICAÇÃO



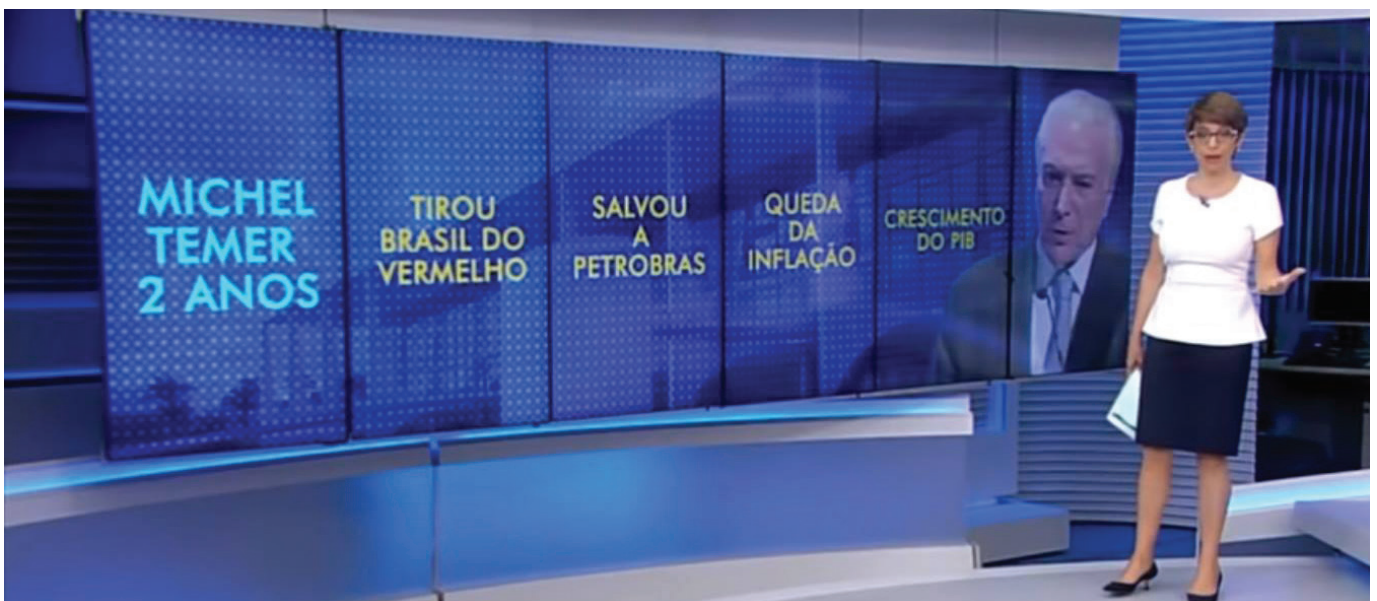
Foto de Francisco Proner

Esta seção analisa como os grandes grupos da imprensa tradicional camuflaram a crise política e social na divulgação do balanço de dois anos do governo Temer. Na mídia internacional, embora tenha caído significativamente o número de reportagens sobre o Brasil após a prisão do ex-presidente Lula, observa-se que ele ainda é o principal assunto. O texto aborda ainda como se alimentam as “fake news” nas redes sociais online.

Mídia tradicional camufla crise nos 2 anos de Temer

Quem acompanhou pelos editoriais dos grupos de comunicação o balanço de dois anos do governo Temer e as principais matérias opinativas publica-

das naquela semana certamente teve a impressão de que ele governa outro país ou ainda de que os editores não acompanham o noticiário sobre a profunda crise que somente se agravou no período.



Na edição do Jornal da Globo de 15 de maio, o balanço foi ilustrado com um grande painel sobre os avanços divulgados à imprensa pela comunicação do governo: tirou o Brasil do vermelho, salvou a Petrobras, queda da inflação e crescimento do PIB. A apresentadora Renata Loprete concordou que a situação está melhorando e no final apenas pontuou que é um exagero dizer que o país avançou duas décadas em dois anos.

Apesar dos indicadores de retrocesso já divulgados nos últimos meses, os principais impressos mantiveram sem críticas o apoio a Temer iniciado ainda antes do golpe de 2016 e defenderam a agenda de reformas implantada em curtíssimo prazo, além de tentarem justificar a rejeição altíssima e recordista do atual governo. Sem exceção, aproveitaram a oportunidade para apontar o legado do governo Dilma como algo “catastrófico”. Os efeitos nefastos da atual política, no entanto, continuam secundarizados na cobertura da mídia tradicional.

A *Folha de S.Paulo*, no editorial “Temer, 2 anos”, afirma que o governo emedebista conseguiu estancar a recessão com agenda de reformas, mas patina na retomada. “Em poucos meses, o governo e a base parlamentar aprovaram o teto de gastos federais, mudanças cruciais nas leis do petróleo, melhorias na governança das estatais e o redesenho do ensino médio, além de fazerem avançar o currículo nacional comum da educação.”

Já no editorial “Legado a ser preservado”, o jornal *O Estado de S.Paulo* justifica a impopularidade de Temer. “O governo de Temer está longe de ser perfeito. Mas é inegável a existência de um legado de realizações e de projetos em linha com as necessidades do país. Desprezar o que foi feito seria um imenso retrocesso. A crise foi profunda e a recuperação econômica é um processo lento, muitas vezes árduo, mas indispensável”.

O Estadão aproveita para apelar aos eleitores sobre a necessidade de escolher um candidato que continue as realizações do atual governo nas próximas eleições e afirma que a situação deixada pela ex-presidenta Dilma pelo PT era muito pior.

O *Valor Econômico* publicou no dia 18 de maio o editorial “Economia segue na rota do baixo de-

sempenho”, o que contraria toda a postura otimista alardeada pelos grandes grupos nos primeiros meses do ano e reafirmada no balanço dos dois anos. “Com todas as condições favoráveis, no entanto, o desempenho econômico no primeiro trimestre foi decepcionante, a julgar por vários indicadores setoriais e, agora, pelo IBC-Br do Banco Central, que registrou queda de 0,13% no período”.

O Brasil na imprensa internacional

Os jornais estrangeiros só publicam reportagens sobre a política brasileira quando algo grave ocorre, ou quando há forte mobilização popular ao redor de algum assunto. Por isso é que se pode facilmente afirmar a grandeza do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após a sua prisão ter sido noticiada no mundo inteiro, evidentemente houve uma queda no número de publicações tratando da situação política de Lula. É possível que seja reflexo também da perda de importância do país diante da comunidade internacional. O que se deve apontar é que, mesmo neste cenário, Lula continua a motivar a produção de notícias em veículos importantes de outros países.

Na França, o jornal *Le Monde* publicou uma carta redigida pelo ex-presidente Lula em que ele explica porque deseja ser presidente da República novamente. No texto, defende sua inocência, se diz vítima de perseguição política e de uma grande injustiça. Ele finaliza afirmando que o povo é quem deve decidir o caminho do país e que tem certeza da sua capacidade para fazer o país voltar a crescer.

Na mesma edição o jornal publicou uma mensagem assinada pelo ex-presidente francês François Hollande e por outros cinco ex-líderes de países europeus: Massimo D’Alema, ex-presidente do conselho de ministros da República Italiana; Elio Di Rupo, ex-primeiro-ministro da Bélgica; Enrico Letta, ex-presidente do conselho de ministros da República Italiana; Romano Prodi, também ex-presidente do conselho de ministros da República Italiana e José Luiz Rodríguez Zapatero, ex-presidente da Espanha. Na carta os ex-líderes se referem à prisão de Lula como precipitada e dizem que a destituição de Dilma já foi motivo de grande inquietude.

Para os ex-mandatários, a luta contra a corrupção é legítima e necessária mas não pode justificar uma operação que coloque em questão os princípios da democracia e o direito dos povos de escolher seus governos. Por último, eles pedem que o ex-presidente Lula possa se candidatar nas eleições presidenciais.

O jornal *Libération* publicou no mesmo dia uma carta assinada por 52 parlamentares europeus entre senadores franceses e deputados do parlamento europeu que se dizem preocupados com a prisão arbitrária do ex-presidente Lula. O texto afirma que após o “golpe de Estado institucional em 2016, a prisão sem provas de Lula não pode deixar qualquer democrata indiferente”. O texto diz que o “simulacro de processo” contra Lula revelou a “parcialidade de parte do Ministério Público e do Poder Judiciário brasileiro”. O documento defende também que o processo se desenvolveu com apoio da grande mídia e de uma parte das Forças Armadas.

Os parlamentares ainda chamam atenção para a escalada da violência no Brasil citando o assassinato de Marielle Franco e os tiros disparados contra a caravana do ex-presidente Lula. E alertam que a democracia e a Constituição estão em risco no Brasil, além de apelar para que os democratas do mundo todo reajam contra a prisão de Lula.

O jornal português, *Diário de Notícias*, publicou no dia 11 de maio uma entrevista com a presidenta do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann. Nela, Gleisi defende a inocência do ex-presidente Lula e critica a perseguição política que ele sofre. Cobrada sobre a necessidade de uma autocrítica do PT, Gleisi responde que a autocrítica está sendo feita na prática em função de uma nova forma estabelecida de financiar a campanha eleitoral.

Já o inglês *The Guardian* se referiu ao ex-presidente Lula em uma reportagem sobre o pré-candidato à presidência pelo Psol, Guilherme Boulos. A notícia trata Boulos como herdeiro de Lula, algo que, segundo o jornal, foi dito pelo próprio Lula durante o ato em São Bernardo do Campo, antes da sua prisão. Leonardo Boff e Luís Nassif também são citados como personalidades que veem em Boulos o nascimento de uma nova liderança nacional.

Na América Latina, a política brasileira é acompanhada mais de perto por jornais de países como Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. Todos muito preocupados com a situação econômica do Brasil. Jornais como *El Clarin*, ligados à direita, têm dado mais ênfase ao acompanhamento da situação econômica do Brasil. Já veículos mais progressistas, como a venezuelana *Telesur*, continuam a noticiar os desdobramentos dos processos contra o ex-presidente Lula e também publicam as mensagens que Lula envia do cárcere.

Enquanto o mundo aguarda o desfecho da situação do ex-presidente Lula, o Brasil continua sendo visto como um país profundamente dividido. A desistência de Joaquim Barbosa em ser candidato à presidência foi notícia nas Américas e na Europa. Jornais como *Le Monde*, *The Guardian* e *New York Times* viam no ex-ministro do STF um outsider que podia modificar o quadro eleitoral que vinha se apresentando.

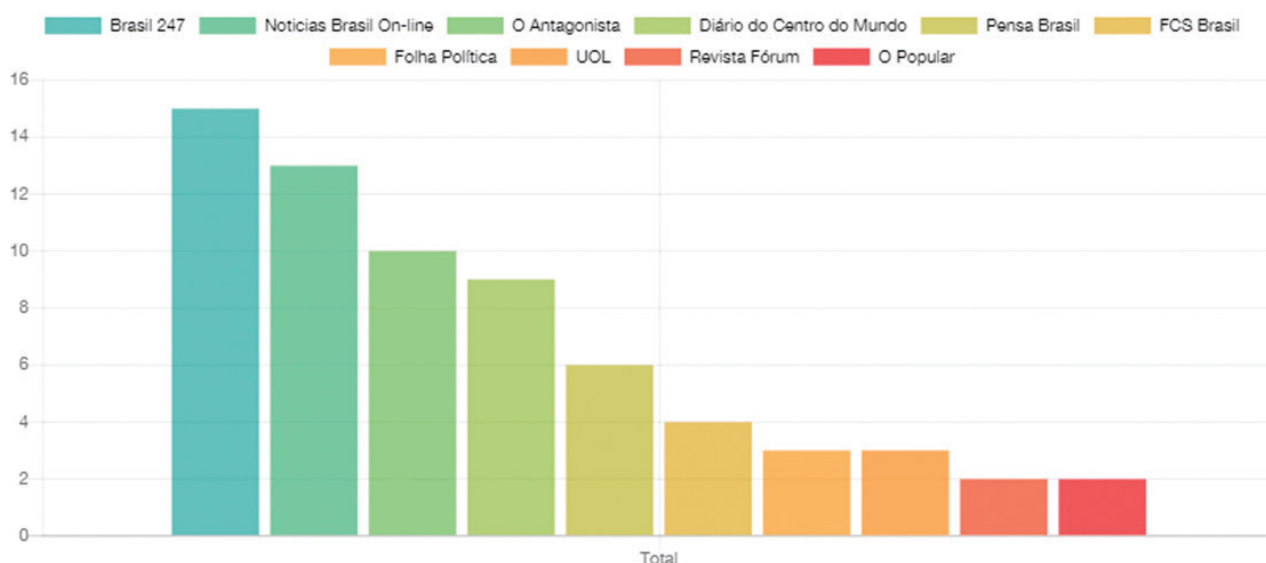
O filme sobre a vida do dirigente da Igreja Universal do Reino de Deus também chamou a atenção desses mesmos veículos porque é um sucesso de bilheteria mesmo sem a ida de espectadores ao cinema. As notícias dizem que a controversa igreja fornece os ingressos para quem vai assistir ao filme.

Fake news nas redes sociais online

No dia 17 de maio, a Polícia Federal divulgou que “concluiu que Gleisi teria recebido cerca de um milhão de reais” de forma ilícita. A cobertura do tema foi promovida, essencialmente, sobre canais de imprensa dita tradicional e por um outro segmento pouco explorado, mas que alcança um grande número de usuário nas redes sociais online: a rede de blogs anti-petistas.

Essa rede é formada por diversos blogs que não são pautados, necessariamente, apenas pelo antipetismo. Eles se alimentam de notícias tendenciosas que buscam a todo momento criar factóides que possam atingir petistas nas redes.

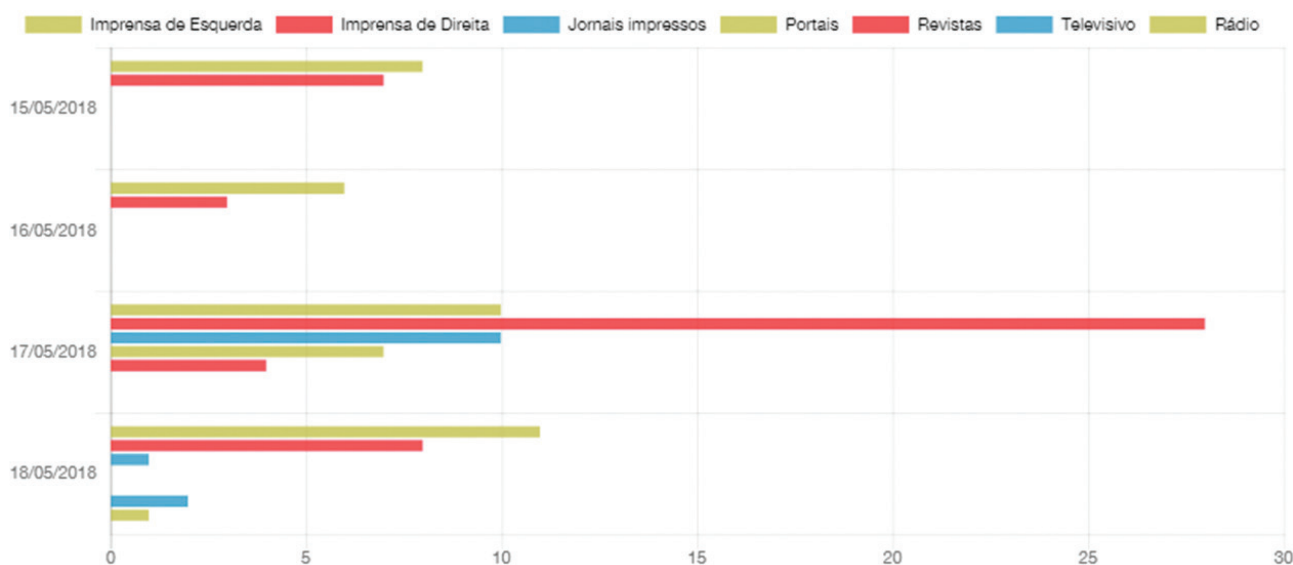
Assim, buscamos compreender qual o volume de compartilhamentos produzidos por esses agrupamentos de blogs antipetistas em comparação com canais de mídia tradicionais que também divulgaram o tema, como *Veja*, *Jornal Nacional* e *O Globo*,



por exemplo.

Entre as páginas que mais abordaram o nome da

senadora destacaram-se diversos canais de direita como Notícias Brasil Online, O Antagonista, FCS Brasil e Folha Política. Observa-se, aqui, a quase



que completa ausência de uma cobertura intensa de veículos da mídia dita tradicional.

Pela amostragem capturada na pesquisa destaca-se assim a cobertura da imprensa de direita/antipetista nas redes sociais online, com destaque para o dia 17 de maio. O volume de publicações da imprensa de esquerda desponta como uma espécie de “defesa reativa” contra os ataques incessantes desses blogs e páginas antipetistas.

Em suma, para além da cobertura promovida pela

imprensa televisiva ou jornais impressos brasileiros, observa-se o papel de disseminar informações falsas, com blogs antipetistas que buscam em curto espaço de tempo minar qualquer tentativa de defesa dos acusados perante a opinião pública.

Assim, observa-se um processo no qual a imprensa tradicional pauta o tema e uma espécie de “serviço sujo” de difamação e condenação sumária seja produzido por pequenos blogs com intensa capilaridade em redes específicas.

MOVIMENTOS SOCIAIS



As manifestações se reduziram, apesar da hercúlea mobilização na vigília de Curitiba seguir de pé. É preciso que se apresentem novas estratégias, e a tática do momento parece ser de fato a discussão de um projeto popular para o Brasil.

Depois de mais de um mês injustamente preso, Lula segue líder das pesquisas eleitorais, vencendo em qualquer cenário de segundo turno. A soma de brancos, nulos e indecisos chega perto de 50% do eleitorado na ausência do ex-presidente na simulação.

Esses elementos apresentam um drama para o consórcio golpista. Primeiro porque eles continuam com enorme dificuldade de apresentar um nome minimamente competitivo. Segundo porque está consolidada a opinião popular em torno de Lula. Assim, os golpistas, por meio dos grandes grupos de mídia, apresentam uma estratégia desesperada de forçar o PT a lançar um plano B, para jogar Lula no esquecimento.

As reações dos movimentos sociais são contundentes. O MST lançou carta anunciando seu apoio à candidatura de Lula. A Frente Brasil Popular (FBP) prepara a realização do Congresso do Povo, para discutir um projeto popular para o país. Há também o lançamento do Manifesto ao Povo Brasileiro, também pelas entidades da FBP, em defesa do direito de Lula ser can-

didato. Não por acaso, o PT já se mobiliza no sentido de lançar Lula em todos os estados.

Parte dos movimentos sociais populares pode até apoiar as candidaturas de Guilherme Boulos e Manuela D'Ávila, mas mesmo essa parte não arreda pé da defesa do direito de Lula ser libertado e candidato a presidente da República. Ciro, por sua vez, não emplaca um suporte popular à sua candidatura.

Esse cenário traz o seguinte debate: a quem interessa o plano B? Se os movimentos sociais são contundentes na estratégia de defesa de Lula e pelo debate de projeto nacional, se Lula segue se afirmando candidato em suas cartas enviadas desde Curitiba, se o PT continua dando suporte total a Lula nesse ideal, quem quer que o PT lance outro nome?

A resposta nos parece simples: o golpe "precisa" de um processo eleitoral "válido" para que se legitime o processo iniciado em 2016 com a derrubada da presidenta Dilma. Esse processo eleitoral de acordo com a vontade dos golpistas não pode incluir Lula. Simplesmente

porque Lula candidato apresenta chances muito sólidas de vitória, e talvez até mesmo em primeiro turno.

Então, para que Lula seja retirado do cenário, é preciso que o PT apresente uma alternativa. Essa é a ideia dos golpistas: que o próprio PT coloque a peça faltante para a consolidação do golpe. Os movimentos sociais não entram nesse debate exatamente porque esse não é o real interesse do povo.

O real interesse do povo passa pela absurda conjuntura econômica e social. A situação do desemprego, do retorno da miséria, da vida sofrida no Brasil profundo é dramática, e as pessoas sabem que Lula é capaz de reverter esse processo. Mas é preciso que se apresente mais para o país. Da mesma forma que parte do imaginário popular brasileiro não se impressiona com a campanha difamatória em volta de Lula há décadas, por entender que ele apresenta soluções que outros nunca apresentaram, as pessoas sabem que é preciso um projeto sustentável, que mantenha o desenvolvimento e a redução de desigualdades no longo prazo, que mude a história em definitivo.

Esse parece ser o esforço de momento dos movimentos sociais. A preparação do Projeto Brasil Popular e seus múltiplos esforços combinados, como o Projeto BrCidades, todos articulados pela Frente Brasil Popular, apresenta uma consistente opinião de boa parte dos movimentos sociais de quais devem ser os próximos passos para o país.

O PT definiu sua equipe de programa de governo, que deverá, a partir das contribuições do Projeto “Brasil que o Povo Quer”, delinear o debate partidário sobre o Brasil. O engajamento popular na via propositiva pode ser um bom caminho para a solução do entrave político que se vive hoje.

Isso porque as pessoas precisam tratar da saída da crise, de uma forma clara e objetiva, sem que se perca a capacidade de sonhar. Sob o ponto de vista ideológico das propostas, é preciso que se estabeleça um parâmetro: o consórcio golpista está interessado na miséria, no desemprego e na falta de democracia. Esses aspectos são fundamentais para que se entenda qual é a melhor estratégia para ampliar o suporte a Lula. As

pessoas afirmam que votarão em Lula, mas ainda há dificuldade de engajamento social de rua.

O termo popular é de uma importância basilar para a constituição de um projeto de democracia real para o Brasil. Isso porque projetos existem vários: desde aqueles definidos pelo sistema financeiro, até aqueles que tratam de reformas estruturais, sem esclarecer como isso se dá sem legitimidade política ou social. Mas é essencial lembrar que não há sequer um caminho para o país majoritariamente defendido por parcela do povo.

Lula é o único brasileiro que encarna alguma ideia popular. Quer queiram, quer não queiram, esse é o fato. Assim, não é possível falarmos que o necessário projeto popular para o Brasil não precisa passar por Lula. Lula é e será o grande nome do processo eleitoral, e o problema jurídico que isso envolve, nesse momento, é do consórcio golpista e da grande mídia, não do PT.

O PT indica que, nesse momento, irá responder exclusivamente ao povo brasileiro. O PT já sabe que não deve corresponder às expectativas da *Folha de S.Paulo*, do *Estadão* ou da Rede Globo. Mesmo porque esse conglomerado teve seus interesses atendidos na reforma trabalhista, na Emenda Constitucional 95, nos preços da gasolina, no aumento do desemprego, a ponto até mesmo de chegar a afirmar que o desemprego caiu em virtude do desalento, e tratar dessa afirmação em um tom positivo.

O interesse da mídia golpista é antinação, assim como a consolidação dos valores neoliberais atentam contra a própria ideia de projeto nacional. Assim, não é de se esperar que a resposta propositiva chame atenção desses grupos. Mas é de se esperar que a capacidade de agenda dos movimentos sociais e do partido seja aprofundada ao se propor um debate para o Brasil.

O Brasil real passa por esse momento de espera e de debates profundos sobre a sua situação. A prisão de Lula continua, o que prolonga um absurdo com os precedentes históricos da tirania e da perseguição. Mas isso não pode ser em vão.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 22 de maio de 2018.

BOLETIM DE
ANÁLISE DA
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br